

INSTITUTO
Documentação
GOVERNAMENTAL
Fonte: D.O.U. (160), S.1
Data: 20/08/99 Pg 18-24
Class.: PMD 000 47

DESPACHO Nº 40, DE 13 DE AGOSTO DE 1999

Assunto: Processo FUNAI/BSB/1633/88. Referência: Terra Indígena PAUMARI DO LAGO MANISSUÁ.
Interessado: Grupo Indígena Paumari. EMENTA: Aprova o relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena em que se refere, com fulcro no Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/1633/88, e considerando o Resumo do Relatório de Identificação, de autoria do antropólogo CARLOS ALEXANDRE BARBOZA PLÍNIO DOS SANTOS que acolhe, face as razões e justificativas apresentadas, decide:

1. Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para afinal, reconhecer os estudos de identificação da Terra Indígena, PAUMARI DO LAGO MANISSUÁ de ocupação do respectivo grupo tribal Paumari, com superfície e perímetro aprovados de 22.713 hectares e 116 km respectivamente, localizada no município de Tapauá, Estado do Amazonas.

2. Determinar a publicação no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado do Amazonas, do Resumo do Relatório Circunstanciado, Memorial Descritivo, Mapa e Despacho, na conformidade do § 7º do art. 2º do Decreto nº 1.775/96.

3. Determinar que a publicação referida no item acima, seja afixada na sede da Prefeitura Municipal da situação do imóvel.

MARCIO LACERDA

RESUMO DO RELATÓRIO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA
TERRA INDÍGENA PAUMARI DO LAGO MANISSUÁ

Referência: Processo FUNAI/BSB/1633/88. Terra Indígena: Paumari do Lago Manissuá. Localização: Município de Tapauá, Estado do Amazonas. Superfície: 22.713 hectares. Perímetro: 116 km. Sociedade Indígena: Paumari. Família lingüística: Arawá. Língua: Paumari. População: 86 pessoas (1998). Identificação e delimitação: GT

INSTITUTO
de Desenvolvimento
Ecológico Ambiental
Fonte D.O.U. (16)
Data 20/08/99 p. 19
Class. 11

instituído pela Portaria n.º 1128, de 7 de novembro de 1997, alterada pela Portaria n.º 350, de 16 de abril de 1998, coordenado pela antropóloga Luciene Pohl.

INTRODUÇÃO:

A Terra Indígena Paumari do Lago Manissuã foi identificada e delimitada inicialmente pelo GT Portarias n.º 1348/86 e 1482/86. Durante os trabalhos de demarcação física da área, os Paumari descobriram que seus direitos não estavam contemplados integralmente, pois castanhais e lagos por eles utilizados, de forma tradicional, desde o século passado, estavam fora das terras demarcadas. Diante das reivindicações apresentadas pelos Paumari, a FUNAI reconheceu a necessidade de proceder a revisão de limites da área, constituindo Grupo de Trabalho por meio da Portaria n.º 1128/97, com o intuito de realizar os estudos e levantamentos necessários. Assim, este resumo se baseia nos relatórios elaborados pelos Grupos Técnicos Portarias n.º 1348/86, 1482/86 e 1128/97.

I PARTE – DADOS GERAIS

O grupo indígena Paumari é originário da área cultural Purus, no Sudoeste do Estado do Amazonas. Pertence à família linguística Arawá, e conta com uma população de 280 pessoas aproximadamente, estabelecidas na região do Médio Purus. O levantamento demográfico realizado na Terra Indígena Paumari do Lago Manissuã indicou um total de 86 pessoas, distribuídas na aldeia Manissuã e em ocupações sistemáticas que não são necessariamente consideradas como aldeias. Trata-se dos flutuantes localizados no Igarapé Tracoá, no Lago Sete Bocas e no Lago Manissuã.

Conhecidos também como Paumari ou Kurukuru (autodenominam-se Yja'ari) são falantes da língua Paumari, dialetos Atihi e Ucaodymoi-Vini. Eram, junto com os Yurébi, uma subdivisão do antigo grupo Purupuru, já desaparecido.

Por meio dos fatos dados históricos e da memória coletiva do grupo Paumari, pode-se vislumbrar a região do Médio rio Purus como uma área predominantemente Paumari. Conhecidos como índios fluviais, habitavam já em 1639, ilhas e lagos do Médio Purus até o Jacaré, a boca do rio Tapauá, e o rio Ituxi até o Hyutanahã, segundo relatos dos jesuítas.

Com o advento da borracha no século XIX, e principalmente no ápice de seu auge, a região do rio Purus passou por um processo de apropriação por parte dos não-índios, através das frentes de ocupação econômica extremamente violentas. Relatos de naturalistas, em 1866, já descrevem o contato estabelecido entre os Paumari e os comerciantes da região, no qual muitos índios serviam como mão-de-obra em diferentes frentes extrativistas. Tal processo de ocupação, através da exploração da borracha, contou com medidas do Governo Imperial que visavam não só a ocupação, mas também o desenvolvimento da Amazônia.

A política de deslocamento de mão-de-obra não-indígena para a região Amazônica atingiu o auge em 1910, principalmente na região entre os rios Juruá e Purus estendendo-se até o Acre. Assim a população da Região Norte aumentou consideravelmente em um curto espaço de tempo, favorecendo o governo em sua política de integração indígena na economia regional, bem como em sua omissão quanto à defesa dos territórios destes povos.

Em 1914, com o fim da fase áurea da exploração da borracha, houve uma desaceleração da expansão econômica na região. Grandes contingentes da população não-indígena, que sustentavam a empresa extrativista, foram obrigados a procurar novas alternativas econômicas, como a extração da madeira, da castanha, da sorva, etc, ou até mesmo o retorno para a terra natal. Desta fase só o aviamento enquanto sistema de troca perdurou, e até hoje vem sendo feito pelos regatões, que são, muitas vezes, o único elo que liga o extrativismo vegetal e a pesca praticados pelos índios com o resto do mercado regional.

Esta última atividade é a mais importante para os Paumari, trata-se da forma pela qual são reconhecidos e que explica os longos deslocamentos feitos por estes índios. Como pescadores tradicionais que são, os Paumari utilizam a disponibilidade dos recursos naturais, como orientação para formação de habitações conhecidas como flutuantes.

II PARTE – HABITAÇÃO PERMANENTE

A distribuição espacial Paumari pode ser melhor compreendida a partir da observação das atividades realizadas na água pelo grupo, que caracteriza-se pela pesca, caça de quelônios, e moradia, esta alternada entre flutuantes e aldeia. A extração de matéria-prima da terra firme é outra importante atividade para a distribuição espacial do grupo.

A aldeia Manissuã, única aldeia na T. I. Paumari do Lago Manissuã, está localizada na região central desta área. Vicinal ao lago Manissuã, é constituída por um aglomerado de casas, chamadas de tapiris, que são habitações erguidas sobre palafitas, podendo ter um ou dois ambientes. Esta aldeia está situada no local onde tem início as terras altas e os castanhais, sendo mais utilizada na época da cheia dos rios, igarapés e lagos, ou seja, no inverno, quando é preciso cuidar do roçado ou coletar castanhas.

No verão, quando as águas dos rios, igarapés e lagos voltam a seus níveis normais, os Paumari costumam morar nos flutuantes, que são casas construídas sobre troncos de assacú, onde utilizam de 3 a 4 toras flutuando na água. Estes flutuantes são de difícil remoção e permanecem por longas temporadas amarrados na beira dos lagos acompanhando somente o ritmo da vazante e da cheia.

A lógica dos flutuantes está diretamente ligada à pesca. Como os flutuantes ficam em locais geralmente distantes da aldeia, servem de moradia para o período do verão, podendo, a partir deles, fazer deslocamentos mais distantes de barco, com o intuito de ter um tempo maior para a pesca. Mas os flutuantes não impedem que seus moradores, normalmente uma família nuclear, exerçam suas atividades em terra firme, pois pode-se ter acesso ao roçado, casa de farinha e castanhais através das canoas.

Atualmente, existem 6 (seis) flutuantes localizados na Terra Indígena Paumari do Lago Manissuã: 4 (quatro) estão no igarapé Tracoá, localizado no limite Leste; 1 (um) no lago Sete Bocas, localizado no limite Sul e 1 (um) no lago Manissuã, na parte central.

III PARTE – ATIVIDADES PRODUTIVAS

Os Paumari, da T. I. Paumari do Lago Manissuã, assim como as demais populações indígenas da região, têm suas atividades produtivas baseadas na produção agrícola, na pesca, na caça, na coleta de frutos silvestre, e no extrativismo vegetal.

As principais atividades produtivas desenvolvidas pelos Paumari em terra firme são: roçado e processamento da mandioca, coleta de diferentes matérias-primas que são utilizadas para construção das casas, barcos, artesanatos, utensílios, alimento e comercialização. As atividades produtivas desenvolvidas na água são extremamente apreciadas entre os Paumari, envolvendo a pesca e a caça.

Os índios Paumari são reconhecidos como exímios pescadores possuindo, diferentes técnicas para pesca e deslocando-se por grandes distâncias em busca do melhor peixe, para seu sustento ou para a comercialização. Geralmente quando tem de ficar um longo tempo pescando, os Paumari viajam com suas famílias e quando chegam em algum igarapé ou lago bem piscoso, montam suas habitações num flutuante à beira do igarapé ou do lago.

Para o apresamento de cada tipo de peixe, os índios conhecem uma técnica diferente, que pode variar de acordo com as épocas do ano. Além do arco e da flecha, utilizam também armadilhas, arpão, caniço, tarrafá e malhadreira. Para se locomoverem na água constroem canoas e remos escavando, de preferência, toras de embaúba. As canoas podem chegar a medir 25 palmos de comprimento e 3 palmos de boca. Outras madeiras como a pacamaúba e o louro vermelho também são usadas para construção de canoas.

Os principais locais utilizados pelos Paumari para a pesca são: margem esquerda do rio Tapauá, igarapés Capanã, Tracoá, Terra Vermelha, Cupu, Capanazinho, Repartimento e Cinhari, e lagos Sete Bocas, Manissuã, Tracoá Traceja, Capanã Comprido, Hástia, Içaçá, Escondido e Cinhari. A escolha e preferência dos locais são regidas principalmente pela sazonalidade e pelo período reprodutivo dos peixes. No verão, quando as águas atingem seus níveis mínimos, os lagos concentram-se o maior número de peixes. Atualmente também são procuradas a foz dos igarapés quando as espécies saem em cardumes tomando-se presa fácil, bem como as margens recentemente alagadas dos rios para onde os peixes se dirigem à procura de alimentos.

Os vários contatos com as frentes extrativistas conduziram o grupo à adoção parcial do modo de produção ditado pelo seringueirismo. Houve a incorporação de algumas atividades características como o cultivo de roçados, a exploração dos recursos naturais destinados à comercialização e o próprio envolvimento nas atividades extrativas.

Os Paumari participam da extração de diversas matérias-primas que o mercado regional apresenta como alternativa econômica: sorva, seringa, castanha e copaiba. E por inúmeras vezes esses índios trabalharam como mão-de-obra barata para os "brancos".

A comercialização do excedente de pescados ou produtos de extração vegetal é feita com os regatões que se utilizam do sistema de troca baseado no aviamento. Na troca os índios preferem os produtos industrializados, embora antes tenham seus preços bastante elevados pelo regatão, que são: açúcar, sal, café, roupas, tecidos, querosene, fósforos e ferramentas para o trabalho no roçado, anzóis, linha, chinelos havaiana. Este tipo de comercialização leva os Paumari a constantes e infundáveis dívidas, que não conseguem saldar, mesmo pagando com toda a sua produção. Isto porque o produto industrializado é mais valorizado do que a produção indígena ou ribeirinha, considerada uma produção menos qualificada e, portanto, remunerada a baixos preços.

D.O.U. (160)
20/08/99
PMDI-19

IV PARTE - MEIO AMBIENTE

A região do Médio Purus insere-se na várzea amazônica, sendo possível encontrar abundância piscosa, base de subsistência dos Paumari. Decore, daí, a necessidade de preservar a área e a seus recursos ambientais que são necessários ao bem-estar desta comunidade.

As áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem estar econômico e cultural dos Paumari são: no rio Tapauá, os igarapés: Capanã, Cinhari, Terra Vermelha, Capanazinho, Repartimento, Cupu, Xoréu e Sete Bocas; os lagos: Sete Bocas, Manissuã, Lancha, Tracoá, Cinhari, Tracajá, Capanã, Hástia, Cupu, Escondido, Redondo, Comprido e Içaça, as áreas de terra firme localizadas nas proximidades da aldeia do Manissuã, pois contém os castanheais, os roçados, e demais recursos da floresta, utilizados para consumo e como matéria-prima na confecção de inúmeros utensílios.

Os Paumari estão constantemente sujeitos à pressões de moradores da região que vivem do extrativismo vegetal, tal como castanha e madeira, e da atividade pesqueira, ambas praticadas de forma extremamente predatória. As empresas madeireiras, que são em número de três, exploram exaustivamente áreas localizadas dentro desta terra indígena, fazendo com que haja um abalo no ecossistema da região.

V PARTE - REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

No rio Tapauá existem 175 índios Paumari, divididos em três Terras Indígenas, a Paumari do Lago Paricá, a Paumari do Lago Cuniuá e a Paumari do Lago Manissuã, esta última, objeto deste trabalho, apresenta um crescimento populacional bastante significativo, pois o censo de 1986 apresentava 46 pessoas e o realizado em 1998 um total de 86 pessoas, ou seja, um aumento de quase 50% em apenas 12 anos. Outro número bastante revelador é que mais de 60 % da população encontra-se na faixa etária entre 0 a 20 anos, sendo que 27,91 % está em idade reprodutiva, fazendo com que haja uma perspectiva, muito grande, de aumento populacional para o futuro próximo.

No século XIX, os Paumari enterravam seus mortos sentados na sepultura. O cortejo do enterro era acompanhado por todos, que chorando pronunciavam repetidamente a palavra araminham. Após alguns dias, o cadáver era desenterrado, acontecendo novamente o cerimonial de cortejo. Sobre a sepultura, colocavam um jarro com água e peixe moqueado e permaneciam um determinado período de tempo sem comer carne. Atualmente, os Paumari realizam o cortejo de sepultamento bastante semelhante ao cortejo habitual do "branco". Existe apenas um cemitério nesta terra indígena, o qual se localiza próximo à aldeia.

Os Paumari pintavam o corpo e as pernas com listras vermelhas no sentido horizontal. Pintavam também o rosto e tinham perfurados os lábios e o nariz. Introduziam nos lábios pequenos tubos e ornamentavam a cintura com contas brancas. Usualmente, enquanto as mulheres faziam uso da tanga de franjas, os homens utilizavam um suspensório sob a roupa.

Os principais momentos da vida dos Paumari contavam com rituais de passagem que eram mediados pelo pajé. A iniciação do pajé consistia de várias provas pelas quais deveria passar ao longo da vida. Os Paumari relatam que a cada nova carne de caça a ser ingerida pelas crianças ocorria uma mediação pelo pajé, do contrário estas poderiam vir a adoecer e até morrer.

As meninas ao "se formar", ou menstruar pela primeira vez, ficavam presas por alguns meses até a vazante das águas, quando deveriam sair para uma festa com muito canto, dança, comida e rapé. Neste momento, toda comunidade participava da festa, na qual comia-se muito tracajá, pirarucu, peixe-boi e dançava-se a noite inteira embalados pelo canto do pajé e seus auxiliares.

Hoje, no Manissuã, a evangelização realizada pelos missionários do SIL - Summer Institute of Linguistics e do JOCUM - Jovens com uma Missão, vem provocando várias modificações na cultura desse grupo indígena, implicando diretamente na inexistência de pajés e, por conseguinte, nos muitos rituais Paumari.

VI PARTE - LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

Na T.I. Paumari do Lago Manissuã há um ocupante não-índio, que vive no limite oeste desta terra, dentro das terras utilizadas para as atividades produtivas e imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao bem-estar e à reprodução física e cultural dos Paumari.

A presença de um ocupante não-índio está intimamente relacionada ao processo de ocupação e exploração que predominou no Purus durante a economia da borracha. Apenas alguns dos antigos seringalistas e seringueiros permaneceram pela região.

N.º LVA	Nome do Ocupante	Área (Ha)	Situação Fundiária
1	José Fernandes Pessoa	300	Titular de Posse

VII PARTE - CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

O início do reconhecimento, pela FUNAI, da T. I. Paumari do Lago Manissuã data do ano de 1985, através do G.T. constituído pela Portaria n.º 1348/86 alterada pela de n.º 1482/86. Por meio das Portarias n.º 1128/97 e 3350/98 constituiu-se o G.T. de revisão dos limites da T.I. Paumari do Lago Manissuã, resultando no presente relatório, que contou com a participação de técnicos da FUNAI, USP e IFAM. Através da identificação in loco, das terras tradicionalmente ocupada pelos índios Paumari do Lago Manissuã, constatou-se a necessidade efetiva de revisar o limite Oeste.

A proposta de limites sugerida pelo G. T. obedece as determinações prescritas pela Constituição Federal, Art.º 231, bem como contempla as reivindicações do grupo indígena. Esta porção de terra é usada tradicionalmente, para o desenvolvimento de atividades produtivas, e ainda incide em áreas de preservação dos recursos ambientais imprescindíveis a este povo por conter matéria-prima que dá substrato a seu modo de vida.

CARLOS ALEXANDRE BARBOZA PLÍNIO DOS SANTOS
Antropólogo/DEID/DAF

Diretoria de Assuntos Fundiários - DAF
Departamento de Demarcação - DED
Memorial Descritivo de Delimitação
Denominação
Terra Indígena PAUMARI DO LAGO MANISSUÃ
Aldeias Integrantes
Paumari
Grupo Indígena
Paumari
Localização

Município: Tapauá
Administração Executiva Regional: Manaus

Estado: Amazonas

Coordenadas dos Extremos

Extremos	Latitude	Longitude
Norte	05°42'36" S	64°36'03" WGr
Leste	05°49'34" S	64°29'24" WGr

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
 DEPARTAMENTO DE GEOLOGIA
 DATA: 20/08/99
 CLASS: PMD 17 (4)
 Nº: D.O.U. (160)
 Pg: 20

Nomenclatura
SB.20-V-C e SB.20-V-D

BASE CARTOGRÁFICA
Escala
1:250.000

Órgão
RADAM BRASIL

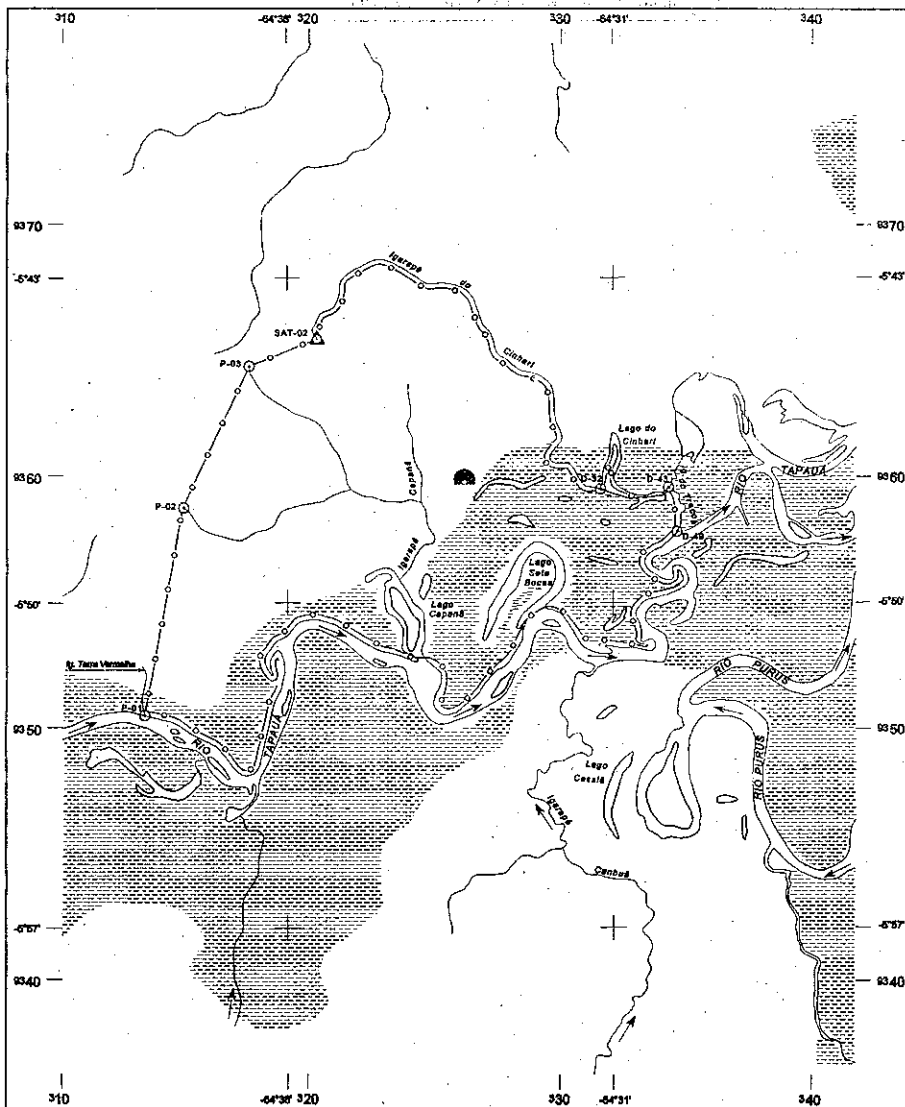
Ano
1974

Dimensões

Superfície: 22.713 Ha (vinte e dois mil e setecentos e treze hectares) aproximadamente
 Perímetro: 116 Km (cento e dezesseis quilômetros) aproximadamente

Descrição do Perímetro

NORTE: Partindo do Marco SAT-02 de coordenadas geográficas 05°44'20,316" S e 64°37'22,013" WGr., localizado na cabeceira do igarapé do Cinhari, segue por este a jusante, pela sua margem direita, com uma distância de 19.401,00 m., até o Ponto D-32 de coordenadas geográficas 05°47'33,18" S e 64°31'15,60" WGr., situado na confluência do citado igarapé com o lago do Cinhari; LESTE: Do ponto antes descrito, segue pela margem esquerda do lago do Cinhari, com uma distância 7.388,52 m., até encontrar-se com o Ponto D-43 de coordenadas geográficas 05°47'30,80" S e 64°29'48,39" WGr., situado na confluência do citado lago, com o igarapé do Tracoá; deste, segue a jusante pela sua margem direita, com uma distância de 2.340,53 m., até o Ponto D-49 de coordenadas geográficas 05°48'28,52" S e 64°29'36,83" WGr., situado na sua confluência com o Rio Tapauá; SUL: Do ponto antes descrito, segue a montante pela margem esquerda do Rio Tapauá, até encontrar o Ponto-01 de coordenadas geográficas aproximadas 05°52'26" S e 64°41'04" WGr., situado na confluência do igarapé Terra Vermelha; OESTE: Do ponto antes descrito, segue por uma linha reta até o Ponto-02 de coordenadas geográficas aproximadas 05°47'55" S e 64°40'10" WGr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí segue por uma linha reta até o Ponto-03 de coordenadas geográficas aproximadas 05°44'55" S e 64°38'49" WGr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí segue por uma linha reta até o Marco SAT-02, início da descrição deste perímetro. Responsável pela identificação dos limites: Doralicio Dornelas da Costa, técnico agrimensor, CREA nº8607/TD - GO/TO.



SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA INDÍGENA DELIMITADA
- PONTO INDÍGENA, CAMPO DE POURO
- ALDEIA INDÍGENA, MALOCA INDÍGENA
- MARCO DE DIVISA, PONTO DE SATÉLITE
- PONTO DIGITALIZADO, DIREÇÃO DE CORRENTE
- PLACA INDICATIVA, CERCA DE ARAME
- RODOVIA DE REVESTIMENTO SÓLIDO
- RODOVIA TRANSITÁVEL O ANO TODO
- RODOVIA TRANSITÁVEL EM TEMPO BOA CAMINHO
- RIO PERMANENTE, RIO INTERMITENTE
- LAGO OU LAGOA, TERRENO SUBMETIDO A INUNDAÇÃO
- LIMITE ESTADUAL, LIMITE MUNICIPAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
 DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF

TERRA INDÍGENA PAUMARI DO LAGO MANISSUÁ		DELIMITAÇÃO	
SUPERFÍCIE: 22.713 Ha PERÍMETRO: 116 Km		ESCALA: 1:200.000 DATA: 12/07/99	
MUNICÍPIO: TAPAUÁ		PROCESSO: 1033/88 - 8ª BUER BASE CARTOGRÁFICA: MIR-101 e MIR-102	
ESTADO: AMAZONAS		PORTARIA Nº: 1128/PREB/87	
RESP. TÊC. OCUPAÇÃO LIMITES: LUCIENA POUL... ASSP. TÊC. DELIMITAÇÃO LIMITES: VÍFFO CHIFFE DO DEB...		PORTARIA Nº: 1128/PREB/87	

OPERADORA: LUOL